



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

INGRYD DE KÁSSIA ANDRADE RAMOS DA PAZ

**COTAS RACIAIS:
ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (2018-2024)**

JOÃO PESSOA
2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

INGRYD DE KÁSSIA ANDRADE RAMOS DA PAZ

**COTAS RACIAIS:
ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (2018-2024)**

Trabalho de Conclusão apresentado no
Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Universidade Federal da
Paraíba como requisito para a obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Diego dos Santos
Reis

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P339c Paz, Ingrid de Kássia Andrade Ramos da.
Cotas raciais: experiências de estudantes do curso
de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba
(2018-2024) / Ingrid de Kássia Andrade Ramos da Paz. -
João Pessoa, 2025.
57f.

Orientação: Diego dos Santos Reis.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Políticas públicas. 2. Cotas raciais. 3. Ensino
superior. I. Reis, Diego dos Santos. II. Título.

UFPB/CE

CDU 378(043.2)

INGRYD DE KÁSSIA ANDRADE RAMOS DA PAZ

COTAS RACIAIS:
ESCREVIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (2018-2024)

Trabalho de Conclusão apresentado no
Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia na Universidade Federal da
Paraíba como requisito para a obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em 15/04/2025.

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO DOS SANTOS REIS**
Data: 20/05/2025 19:59:51-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Diego dos Santos Reis - Orientador - UFPB

Profª. Dra. Dayana Raquel Pereira da Silva - UFPB

Prof. Dr. Yan Soares Santos - UFPB

AGRADECIMENTOS

Mo dúpé — "Obrigada" em Yorùbá — a todos os seres de luz que conduzem a minha caminhada, iluminando meus caminhos com muita força e axé.

À minha ancestralidade, que pulsa em mim e me guia, mesmo quando o mundo tenta apagar minha história. Aos que vieram antes, abrindo caminhos na mata fechada para que eu pudesse trilhar o meu próprio. Aos movimentos sociais, em especial ao movimento negro, e a todas as mulheres negras que, com sua força, fizeram com que fôssemos tão longe.

À minha família, que é base, raiz e afeto. Em especial, à minha mãe, Neusa de Andrade Rodrigues — Mulher guerreira, que sonhou comigo este momento de formação e me ensinou, com gestos admiráveis e firmes, que resistir também pode ser doce. É dela o colo que me reconstroi, é nela que habita a minha primeira revolução.

Em memória, à minha avó, Adelzira de Andrade Rodrigues — matriarca da sabedoria, que me ensinou que o saber também mora no silêncio, no café coado pela manhã e no conselho sussurrado à beira da rede. Foi ela quem me mostrou que educar é também um ato de amor e de luta, que as palavras não ditas podem ser bússola, e que a ancestralidade é uma casa onde sempre posso voltar.

Em memória, ao meu pai, Jacó Ramos da Paz — que, do Orun, guia os meus caminhos com sabedoria e silêncio ancestral. Presente mesmo na ausência, segue me orientando com a força invisível de quem nunca deixa de cuidar.

À minha irmã (Dudu), Ítala Maria Andrade Ramos da Paz — que sempre foi um dos maiores motivos para que eu não desistisse. Sempre foi por ela e por mim, por nós. Para ser exemplo, tendo nela também o meu. Sua existência me inspira, sua força me sustenta, e nosso laço é raiz que me ancora e me impulsiona.

Ao meu tio, Rodrigo de Andrade Rodrigues — que sempre me ensinou sobre a vida com suas palavras certas e gestos sinceros, que admiro profundamente. Mesmo com o pé na estrada, dentro da cabine do seu caminhão, nunca deixou de se fazer presente. E, mesmo com toda a proteção e o desejo de me ter por perto, torceu por mim com a força de quem ama de verdade, mesmo na distância.

Ao meu companheiro, Anselmo Evangelista — que foi abrigo nos dias de tempestade, companhia nos silêncios, ajudante nas lidas e tudo um pouco onde o amor cabia. Agradeço pelo carinho que não se ausentou, pela paciência de sempre, pela fé em mim nos momentos em que até eu duvidei. Seu amor foi chão firme quando tudo balançava, e sua admiração, espelho onde pude me reconhecer forte.

Ao meu melhor amigo, Felipe Santana — que vibrou comigo desde o primeiro passo rumo à universidade pública, que sempre demonstrou orgulho por eu trilhar o caminho da Pedagogia e celebrou cada conquista como se fosse sua. Mesmo de longe, nunca deixou de me oferecer força, presença e incentivo para continuar.

À Vitória Geysa, minha comadre e mãe do meu afilhado Ayodelê, que sempre torceu por mim e contribuiu imensamente para este trabalho; e ao João Xavier, querido amigo, cria de Jaboaão dos Guararapes, assim como eu — pessoa especial no meu caminho, que compartilhou sua escrevivência e fortaleceu a potência deste trabalho.

À Universidade Pública, espaço que me foi negado por tanto tempo, mas que hoje é território de disputa, de sonhos e de permanência.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Diego dos Santos Reis, que com a delicadeza de quem compreende os silêncios e a firmeza de quem acredita na travessia, conduziu este trabalho com paciência, sabedoria e acolhimento. Agradeço por cada palavra que se fez afago em meio ao caos, por cada impulso sereno que me empurrou para frente quando a vontade era parar. Sua escuta foi abrigo, e sua orientação, farol aceso em noites densas.

À Prof.^a Dra. Dayana Raquel Pereira de Lima e ao Prof. Dr. Yan Soares Santos, por integrarem a banca examinadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso, contribuindo com olhares sensíveis e reflexivos. E a todos os professores e colegas do Curso de Graduação em Pedagogia/UFPB, campus I, que, de diferentes formas, participaram da minha formação e caminhada acadêmica.

E a mim mesma, por não desistir, mesmo quando tudo parecia ruir. Por me reconstruir com coragem cada vez que o sistema tentou me desmontar.

Axé, afeto e ancestralidade me trouxeram até aqui. E é com eles que sigo.

Mo dúpé = Dà + opé

Dà = tornar-se, vir a ser...

Opé = gratidão.

"Eu diria que as políticas de ações afirmativas são políticas que ajudam qualquer sociedade que as implementa a fazer uma série de correções de desigualdades históricas. No caso dos negros e do Brasil, penso que elas são importantes para que possam colocar a população negra em um lugar de visibilidade social e política. [...] Essas políticas são essenciais para que possamos alcançar uma sociedade realmente democrática, equânime, igualitária e com justiça social." (GOMES, 2015, s/p)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda a temática das cotas raciais e a democratização do acesso ao ensino superior, com foco nos desafios enfrentados para a permanência dos/as estudantes cotistas no âmbito acadêmico, em especial na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Objetiva-se investigar os impactos da Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711/2012) no curso de Pedagogia da UFPB, Campus I, analisando se há democratização do acesso e os desafios enfrentados pelos/as estudantes para sua permanência no ensino superior. A metodologia baseia-se em uma abordagem qualitativa, por meio de análise documental e bibliográfica sobre a implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), analisando as principais dificuldades enfrentadas pelos/as discentes contemplados/as pela política de cotas no período de 2018 a 2024. Busca-se identificar e compreender os fatores que influenciam a permanência ou evasão desses/as alunos/as, com enfoque nas barreiras acadêmicas, socioeconômicas e institucionais. O estudo se desenvolve por meio de entrevistas do tipo escrivência, abordagem com base nos estudos de Conceição Evaristo (2017-2020), que foca nas narrativas e experiências vividas pelos/as estudantes cotistas. Além disso, o trabalho analisa as políticas institucionais adotadas pela UFPB voltadas ao apoio à permanência estudantil, propondo reflexões sobre sua efetividade e possíveis melhorias. O estudo busca contribuir para o debate sobre o papel das cotas raciais como política pública de inclusão no ensino superior e para a discussão acerca da necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de permanência estudantil, de modo a garantir o sucesso acadêmico dos/as alunos/as cotistas e, assim, consolidar a democratização não apenas do acesso, mas também de sua trajetória educacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Cotas Raciais. Educação Superior. Ações Afirmativas. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT

This undergraduate thesis addresses the theme of racial quotas and the democratization of access to higher education, focusing on the challenges faced by quota students in remaining within the academic environment, particularly at the Federal University of Paraíba (UFPB). The study aims to investigate the impacts of the Racial Quotas Law (Law No. 12.711/2012) on the Pedagogy program at UFPB, Campus I, analyzing whether access has been effectively democratized and what difficulties these students face in continuing their studies. The methodology is based on a qualitative approach, through documentary and bibliographic analysis regarding the implementation of the Racial Quotas Law, examining the main challenges experienced by students benefiting from this policy between 2018 and 2024. The research seeks to identify and understand the factors influencing their permanence or dropout, with an emphasis on academic, socioeconomic, and institutional barriers. The study is developed through “*escrevivência*”-based interviews, a methodology grounded in the works of Conceição Evaristo (2017–2020), which centers on the lived narratives and experiences of quota students. Furthermore, the research analyzes institutional policies adopted by UFPB aimed at supporting student retention, proposing reflections on their effectiveness and possible improvements. This work contributes to the debate on racial quotas as a public policy of inclusion in higher education, and to discussions about the need to improve retention strategies to ensure academic success for quota students, thereby consolidating the democratization not only of access, but also of educational trajectories.

Keywords: Public Policies. Racial Quotas. Higher Education. Affirmative Action. Ethnic-Racial Relations.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CE	Centro de Educação
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Lei nº 12.711/2012	Lei de Cotas para o Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MIR	Ministério da Igualdade Racial
MIRV	Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas
MPF/PB	Ministério Público Federal da Paraíba
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
ONU	Organização das Nações Unidas
PFAA	Programa Federal de Ações Afirmativas
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
TEN	Teatro Experimental do Negro
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UNEF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

MEMORIAL: EU, SUJEITA.....	9
 1 POR QUE FALAR SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR?.....	 12
 2 A CONSTRUÇÃO DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: REPARAÇÃO HISTÓRICA E O CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	 15
2.1 Raça e Racismo	15
2.2 O Mito da Democracia Racial e a Exclusão Histórica	17
2.3 O Movimento Negro e a Luta por Reconhecimento	19
 3 A LEI DE COTAS (2012) E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	 22
3.1 A Lei de Cotas na UFPB e a Criação do NEABI	24
3.2 O NEABI e seu Papel na Promoção da Igualdade Racial.....	25
3.3 Atualizações e Desafios Contemporâneos.....	27
 4 A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	 29
4.1 A Lei de Cotas e a Democratização do Acesso ao Ensino Superior	29
4.2 A Estrutura Pedagógica e Suas Implicações na Permanência e Evasão.....	29
4.3 O Impacto da COVID-19 na Permanência de Estudantes Cotistas da UFPB.....	30
4.4A Assistência Estudantil e a Permanência dos Cotistas.....	32
 5 REFLEXÕES A PARTIR DAS ESCRIVIVÊNCIAS.....	 35
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 48
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES A.....	55

MEMORIAL

Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la.
(Ribeiro, 2015, [s.p])

A escrevivência não apenas relata a realidade, mas a interpreta e ecoa a voz das pessoas marginalizadas. Diante disso, apresento a minha história, que é tecida por raízes profundas, marcadas por deslocamentos, lutas e resistências. Sou filha e neta de mulheres que fizeram do trabalho e da valorização da educação seus maiores legados, mesmo sem terem chegado ao ensino superior.

Minha história começa antes de mim, em meados do século XX, no interior da Paraíba, onde não havia recursos, emprego e nem mesmo chuva para sustentar a agricultura, a piscicultura ou a pecuária local. “*Quando a lama virou pedra / E Mandacaru secou / Quando a ribaçã de sede / Bateu asa e voou / Foi aí que eu vim me embora / Carregando a minha dor*”. Nesse contexto, tão bem retratado na música de Luiz Gonzaga, que fala sobre a força e a resistência do povo paraibano no Nordeste brasileiro, minha avó materna, uma paraibana de alma forte, deixou sua terra natal em busca de novas oportunidades — que até então o interior do estado não oferecia.

Adelzira de Andrade Rodrigues, natural de Itatuba (PB), migrou em busca de melhores condições de vida, passando por Recife e Jaboatão dos Guararapes antes de seguir para a “cidade planejada” Brasília. Ao chegar ao estado, soube da construção da nova capital e, impulsionada pela esperança, seguiu com seus pais e irmãos em busca de um futuro melhor. Após viver em diversos estados, incluindo São Paulo, onde nasceram minha mãe e meu tio, minha avó retornou ao Nordeste, estabelecendo-se novamente em Jaboatão dos Guararapes. Foi desse lugar que minha mãe construiu sua vida e de onde, anos depois, eu começaria a trilhar meu próprio caminho.

Sou Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz, pernambucana, filha de uma paulistana, Neusa de Andrade Rodrigues, e de um pernambucano, Jacó Ramos da Paz. Nascida no coração do Brasil, Recife-PE, mas foi em Cavaleiro, comunidade de Jaboatão dos Guararapes, que meus passos aprenderam a firmar-se no chão. Aos quatro anos, a violência me roubou a presença do meu pai, deixando em mim e em minha irmã, Itala Maria de Andrade Ramos da Paz, um vazio que minha mãe preencheu com força e trabalho incansável. Crescer sem um pai foi como aprender a caminhar sobre um chão que, às vezes, parecia

desmoronar. A vida nos ensinou, desde cedo, que nem todas as perguntas têm respostas e que algumas feridas nunca cicatrizam completamente — apenas aprendemos a conviver com elas. Mas, mesmo na dor, encontramos força.

De um dia para o outro, o peso do mundo recaiu sobre as costas de minha mãe, e ela teve que se desdobrar para sustentar a mim e minha irmã, enfrentando jornadas longas e ausências dolorosas na nossa rotina. Afinal, como diz Emicida, “*Profundo ver o peso do mundo nas costas de uma mulher*” (Emicida, 2019). Entre jornadas longas e ausências inevitáveis, ela nunca deixou de nos lembrar de nossa potência: “Não é porque vocês não têm pai que não vão fazer faculdade...”. Com seu amor e sua garra admirável, minha mãe tornou-se nossa referência e nosso espelho. Ela nos mostrou que, mesmo em meio às adversidades, é possível construir um futuro digno e cheio de possibilidades. Criadas entre os braços firmes de nossa avó, o olhar atento de nossa mãe e a presença de nosso tio, Rodrigo de Andrade Rodrigues, crescemos em uma realidade que, embora marcada pela ausência paterna, sempre esteve repleta de ensinamentos e resistência. A resistência de minha mãe e de minha avó, como de tantas mulheres negras, é o que o movimento negro historicamente reivindica: reconhecimento, oportunidades e direitos. Um lar pouco convencional, mas tão comum nas comunidades brasileiras.

Mulher, negra, pobre, periférica, órfã de pai, mas nunca de sonhos. A educação foi o nosso refúgio e nossa maior herança. Nossa infância foi marcada pelo aprendizado na sala de casa, onde brincadeiras e estudos se misturavam, e os livros se tornaram janelas para o mundo. E como diz o ditado, “Costume de casa vai à praça” e a brincadeira virou pedagogia. Eu e minha irmã escolhemos a educação como profissão e como um caminho para romper as estatísticas que tantas vezes tentam aprisionar mulheres negras, pobres e periféricas no Brasil. “*Em tudo eu via a voz de minha mãe, em tudo eu via nós*”, ressoam em mim as palavras de Emicida (2019). Sua luta era nossa, sua voz ecoava em cada conquista, e sua força nos guiava para um futuro que sempre nos pertenceu.

Então, em 2017, o destino sorriu para nós duas: irmãs, filhas da luta, aprovadas no mesmo ano no ensino superior público. Eu, no curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Ítala, no curso de Letras Português-Inglês, na Universidade de Pernambuco (UPE). Porque sempre soubemos que o futuro nos pertence – e nele, jamais estaríamos sozinhas. “Eu não ando só...” (Bethânia, 1999). Nós não andamos... Nossa caminhada é tecida pelas vozes daquelas que vieram antes, pelos braços que nos sustentaram e pelos passos que ainda virão. Essa conquista não foi apenas nossa, mas fruto de uma política social construída a partir das lutas do movimento negro, que tem possibilitado que

mulheres como eu ocupem espaços historicamente negados a nós.

Ingressar na Universidade Federal da Paraíba, no Campus I, João Pessoa, foi como voltar à minha ancestralidade, sentir o abraço de minha avó e viver uma reparação histórica, iniciando uma nova trajetória em um lugar que antes era abandonado por pessoas que seguiam para o sul/sudeste do país em busca de trabalho e estudos. Foi como se eu retomasse o fio de uma história que havia sido interrompido pelo êxodo forçado de tantos nordestinos, incluindo minha própria família. Ao pisar naquele campus, carreguei comigo não apenas os sonhos de minha mãe e minha avó, mas também a memória de todas as mulheres que vieram antes de mim, cujos passos abriram caminhos que eu agora podia trilhar. A universidade, para mim, não é apenas um espaço de formação acadêmica, mas um território de reconquista, onde eu poderia reescrever a narrativa de minha família e de tantas outras que foram silenciadas.

Era como se cada livro lido, cada debate em sala de aula, cada conquista acadêmica, ecoassem as vozes de minha avó Adelzira, de minha mãe Neusa e de todas as mulheres que, mesmo sem terem tido a mesma oportunidade, plantaram em mim a semente da resistência. A Universidade Federal da Paraíba tornou-se, então, não apenas um lugar de aprendizado, mas um espaço de afirmação e reafirmação. Um lugar onde eu podia e posso dizer: “Estou aqui, existo, e minha existência é uma revolução”.

Assim, ao caminhar pelos corredores da universidade, sentia-me parte de algo maior. Cada passo era um ato de resistência, cada conquista, uma vitória coletiva. Porque, como dizia minha mãe, “não é porque vocês não têm pai que não vão fazer faculdade”, e eu carregava essa frase como um mantra, lembrando que minha trajetória não era apenas minha, mas de todas as mulheres que me antecederam e daquelas que ainda virão.

Hoje, ao olhar para trás, vejo que cada desafio superado, cada noite em claro estudando, cada lágrima derramada, valeu a pena. Porque eu não estava apenas construindo um futuro para mim, mas honrando um legado de luta e resiliência. E, como bem cantou Bethânia, “Eu não ando só”. Caminho com a força de minha ancestralidade, com o amor de minha família e com a certeza de que, ao romper as barreiras que tentaram me silenciar, abrir portas para que outras mulheres negras, periféricas e guerreiras possam também sonhar e conquistar. Minha trajetória não é um acaso; é fruto de um contexto histórico marcado pela exclusão, mas também pela resistência. E foi graças às políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais, que pude disputar espaços que, por séculos, foram negados à população negra. O que hoje chamo de conquista é, na verdade, a continuidade de uma luta coletiva.

1 POR QUE FALAR SOBRE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR?

Abordar a temática das cotas raciais e da democratização do acesso ao ensino superior parte da necessidade de relatar a vivência diante dessa ação afirmativa e dos desafios ainda tão impactantes na vida de estudantes cotistas. A escolha deste tema surge da necessidade de discutir a eficácia das políticas de permanência a partir das experiências, evidenciando a importância de registrar as experiências de estudantes cotistas no ensino superior em pleno século XXI. Como assinala a promotora de Justiça Livia Sant'Anna Vaz (2022, p. 14): “O que precisávamos – e precisamos ainda hoje – discutir em relação às cotas raciais não era (é) o se, mas sim o como; era (é) preciso discutir a eficácia da política pública”. Dessa forma, a discussão sobre cotas raciais, aqui, se concentra na eficácia da política pública, para além da sua existência.

A política de cotas raciais no Brasil emerge como uma resposta à necessidade de reparação histórica de uma população negra que, durante séculos, foi submetida à escravidão, opressão e exclusão sistemática de direitos. Essa reparação não se limita à esfera moral, mas também se manifesta por meio de ações concretas que buscam restituir, ainda que parcialmente, a dignidade e as oportunidades historicamente negadas a essa população. Sendo assim, enquanto estudante cotista, negra, pobre, periférica e aluna do curso de Pedagogia, desperto meu olhar – e convido a pessoa leitora a fazer o mesmo – para analisarmos se essa reparação histórica tem sido eficaz e até que ponto há, de fato, a democratização do acesso e quais são os desafios enfrentados por esses/as estudantes no ensino superior.

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) representa um marco para democratizar o acesso à educação superior, historicamente restrito a uma elite branca e privilegiada. A política busca garantir a inclusão de estudantes negros/as, indígenas e de baixa renda nas universidades públicas, reconhecendo as desigualdades estruturais que dificultam o acesso e a permanência nessas instituições. No entanto, garantir o ingresso nas universidades não é suficiente. A permanência dos/as estudantes cotistas no ensino superior apresenta desafios adicionais, frequentemente relacionados a barreiras socioeconômicas, acadêmicas e institucionais. Muitos/as cotistas enfrentam dificuldades financeiras, precisam conciliar trabalho e estudos e, frequentemente, não encontram suporte pedagógico adequado para garantir sua continuidade nos cursos. Dessa forma, é fundamental que as políticas de

permanência sejam eficazes para garantir que a inclusão desses/as estudantes se sustente ao longo do tempo.

Diante desse contexto, o problema central que este trabalho busca investigar é: de que forma a estrutura pedagógica e as políticas da assistência estudantil da UFPB, Campus I, no período de 2018 a 2024, contribuem para a permanência ou evasão desses/as estudantes cotistas do curso de Licenciatura em Pedagogia?

A urgência de discutir as políticas de cotas, por sua relevância social e acadêmica, como instrumento de democratização do ensino superior no Brasil é mais do que um debate acadêmico. Trata-se de reflexo da minha própria trajetória como mulher, negra, pobre e periférica, que, ao ingressar no curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), passa a se engajar na materialização do sonho da educação democratizada, diante da ampliação do acesso e dos desafios para permanecer e concluir a graduação com êxito. Embora a Lei de Cotas tenha aberto caminhos e promovido avanços significativos na inclusão de grupos historicamente marginalizados, estudantes como eu enfrentam desafios que ultrapassam o ingresso na universidade. São batalhas diárias contra as dificuldades socioeconômicas, a falta de apoio pedagógico e as marcas da discriminação racial. Permanecer não é apenas um ato de continuidade, mas de *resistência*.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo central investigar as principais dificuldades enfrentadas pelos/as estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFPB para garantir sua permanência no ensino superior, considerando tanto os fatores socioeconômicos quanto às condições pedagógicas e institucionais. Para isso, busca-se refletir, por meio da escrivência dos/as estudantes cotistas entrevistados/as, sobre o impacto da Lei de Cotas Raciais no curso de Pedagogia, a partir de suas próprias percepções. Além disso, pretende-se identificar de que forma a estrutura pedagógica contribui para a permanência ou evasão desses/as estudantes. Os participantes das entrevistas, João Xavier e Vitória Geysa, são estudantes com os quais tive a oportunidade de construir um vínculo afetivo e acompanhar de perto suas trajetórias dentro da universidade.

O curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, oferece um ambiente propício para a análise desse fenômeno. Com um corpo estudantil diverso, o curso reflete os desafios mais amplos enfrentados pelos/as cotistas nas universidades públicas brasileiras. Além disso, o período entre 2018 e 2024 foi particularmente desafiador devido à pandemia de COVID-19, que exacerbou as desigualdades já existentes, tornando ainda mais difícil para os/as estudantes de grupos vulnerabilizados, como os/as cotistas, garantir sua permanência e o sucesso acadêmico. As dificuldades de acesso ao ensino remoto, a

precarização das condições de vida e a diminuição da renda familiar intensificaram os desafios enfrentados por esses/as alunos/as.

A relevância social e acadêmica dessa pesquisa está na possibilidade de contribuir para o debate sobre a eficácia das ações afirmativas no Brasil, especialmente no que diz respeito à permanência estudantil. Embora a Lei de Cotas tenha proporcionado avanços significativos na inclusão de grupos historicamente marginalizados, é fundamental investigar se essa inclusão está sendo sustentada ao longo do tempo e quais são os principais fatores que influenciam o sucesso ou a evasão desses/as alunos/as. Ao adotar uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas por escrivência e análise documental, o estudo pretende oferecer uma visão aprofundada sobre as vivências dos/as cotistas no curso de Pedagogia da UFPB e contribuir para o aprimoramento das estratégias de permanência, consolidando a democratização não apenas do acesso, mas também da trajetória acadêmica no ensino superior.

2 A CONSTRUÇÃO DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL: REPARAÇÃO HISTÓRICA E O CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Para compreender a importância da política de cotas raciais no Brasil e seu papel como marco fundamental na luta por equidade racial e justiça social, é imprescindível analisar os conceitos de *raça* e *racismo* forjados no contexto da modernidade burguesa. Foi nesse período que as diferenças humanas passaram a ser instrumentalizadas para criar uma hierarquia racial, por meio da qual o homem branco, heterossexual, proprietário, cisgênero e de ascendência europeia se autoproclamou superior. Nesse processo, as populações africanas e indígenas foram sistematicamente marginalizadas e inferiorizadas.

2.1 Raça e Racismo

Qualquer discussão sobre a escolarização de pessoas negras no Brasil precisa considerar, como ponto de partida, os desdobramentos históricos e estruturais do racismo no país. A ideia de *raça* foi formulada como um conceito político, criado para justificar as desigualdades raciais e sociais, e o sofrimento histórico da população negra. Achille Mbembe, ao abordar o conceito de *raça*, descreve suas profundas consequências para os grupos racialmente inferiorizados:

Vista em profundidade, a *raça* é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. Em sua dimensão fantasmagórica, é uma figura de neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. De resto, consiste naquilo que consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, constituindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar o seu controle total (Mbembe, 2018, p. 27).

Ao refletirmos sobre a formação do conceito de *raça* entre os séculos XVIII e XIX, conseguimos entender as raízes da discriminação que ainda afeta a população negra. O processo de dominação e exploração ao qual essas culturas e povos foram submetidos ao longo de três séculos gerou, principalmente, a manutenção do racismo. Ao longo do século XX, foi desconstruída a falácia do racismo científico, que defendia a superioridade e a existência de uma evolução racial, justificada por diferenças humanas, geográficas e culturais.

No entanto, como destaca Almeida (2020, p. 31), o conceito de raça ainda é usado como ferramenta de opressão, embora de maneira menos explícita que nos séculos passados. A permanência histórica da violência racial continua a perpetuar a opressão de diversos grupos. A diferenciação racial e a consequente hierarquização imposta pela modernidade burguesa serviram para justificar os processos de colonização e escravização, criando as bases do capitalismo racial, que atingiu, principalmente, as populações negras e indígenas.

O regime escravocrata no Brasil perdurou por quase 400 anos, deixando como herança o racismo e a desigualdade racial, que até hoje afetam as condições de vida das populações negras e indígenas. Se, mesmo após serem libertos por força da lei, não eram garantidos às pessoas negras os mesmos direitos de fato e as mesmas oportunidades dadas aos brancos em nosso país, como nos afirmam Munanga e Gomes (2016), não precisamos de reflexões muito complexas para concluir que, com todos os anos de sistema escravagista, sendo discriminados e hostilizados mesmo após a abolição, os negros encontraram inúmeras dificuldades no que diz respeito ao acesso ao ensino.

A resistência organizada dessas populações, no entanto, gerou um legado importante: os movimentos negros, que combatem o racismo e a desigualdade racial no Brasil desde antes da abolição da escravatura. Esses movimentos têm lutado, e continuam a lutar, por direitos, com ênfase no direito à educação, visto como essencial para enfrentar o racismo e promover a melhoria das condições de vida e dignidade da população negra.

Foi o Movimento Negro Unificado, cuja fundação data de 1979, e sua pauta de reivindicações, que levou à criação de ações afirmativas, com destaque para a política de cotas raciais, que visa garantir o ingresso de pessoas negras nas instituições de ensino superior por meio da reserva de vagas. O objetivo desta política é expandir o acesso da população negra à educação pública, promovendo a inclusão e a reparação histórica.

As políticas de ação afirmativa no Brasil, em especial as cotas raciais, são fruto de uma longa trajetória de luta por igualdade racial, iniciada especialmente a partir da segunda metade do século XX. Essas políticas surgem como resposta ao racismo estrutural e às desigualdades históricas que marcaram e marcam a sociedade brasileira. A política de cotas não se limita apenas a garantir o acesso de estudantes negros/as e indígenas às universidades públicas, mas também leva em conta os critérios socioeconômicos, refletindo a pluralidade dessas políticas no Brasil. O objetivo é reparar as desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Como Grada Kilomba (2010, p. 180) afirma, a reparação histórica implica "a negociação do reconhecimento", sendo a mudança de estruturas, agendas, espaços, relações e

até da linguagem uma forma de restaurar o que foi impactado pelo racismo. A reparação, portanto, vai além do reconhecimento das desigualdades; ela exige transformações concretas nas estruturas sociais que perpetuam a exclusão. No caso das cotas raciais, essa reparação acontece por meio de políticas que visam equilibrar o acesso ao ensino superior e garantir oportunidades para grupos marginalizados.

No Brasil, a adoção das cotas raciais é um passo importante nesse processo de reparação histórica, pois busca corrigir as assimetrias geradas pelo racismo estrutural. No entanto, a democratização do ensino superior não se limita apenas ao ingresso desses/as estudantes. Para garantir a permanência e a conclusão de seus cursos, é fundamental que haja suporte acadêmico, financeiro e psicossocial. Assim, a transformação mencionada por Kilomba (2010) não se restringe à inclusão formal, mas envolve uma reestruturação do ambiente universitário, tornando-o mais diverso, acessível e justo.

2.2 O Mito da Democracia Racial e a Exclusão Histórica

Além das questões de raça e racismo, a implementação das cotas raciais no Brasil está diretamente relacionada à desconstrução do mito da democracia racial, uma construção ideológica que se consolidou ao longo do século XX. Especialmente, a partir da década de 1930, com a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, que promoveu uma mudança de perspectiva em relação à visão dominante sobre a miscigenação no Brasil. Em vez de encarar a miscigenação como um problema, Freyre a valorizou como um elemento positivo na formação da identidade nacional. Sua visão propunha que a convivência entre negros, brancos e indígenas teria gerado uma sociedade harmônica e sem conflitos raciais. No entanto, como observa Munanga (1999), essa ideia, longe de ser uma verdadeira celebração da convivência, dissimulava as desigualdades e exclusões reais presentes na sociedade brasileira, pois:

Exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade (Munanga, 1999, p. 80).

Essa abordagem, embora aparentemente progressista, acabou consolidando o mito da democracia racial, uma visão que oculta as tensões e os mecanismos de exclusão vividos pela população negra brasileira. O mito dificultou a conscientização das comunidades subalternizadas sobre suas próprias características raciais e culturais, além de dificultar o

desenvolvimento de uma identidade afirmativa, subordinando-a aos interesses das elites brancas dominantes.

Após a abolição da escravidão em 1888, o Brasil enfrentou o desafio de integrar milhões de ex-escravizados/as e seus descendentes à sociedade. Em vez de implementar políticas públicas inclusivas, as elites brasileiras fomentaram o mito da "democracia racial", apresentando o país como um modelo de convivência pacífica e igualitária entre pessoas de diferentes raças. A ideia de que o Brasil era um exemplo de harmonia racial e igualdade foi defendida por figuras como o Professor e Jurista brasileiro Oliveira Viana, conforme expresso por Munanga:

Em nenhum país do mundo coexistem uma tamanha harmonia e tão profundo espírito de igualdade entre os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas (Munanga, 1999, p. 71).

Contudo, intelectuais como Florestan Fernandes argumentaram que esse mito funcionava como uma ferramenta ideológica, criada para mascarar as desigualdades raciais e sociais profundamente enraizadas no Brasil. Para Fernandes, o mito da democracia racial não só negava as divisões sociais reais, mas também atuava como um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais do passado:

O mito da democracia racial assumiu importância específica como componente dinâmico das forças da inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve assim uma parte ativa na preteção de prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam e mantinham a distância social existente entre os vários segmentos da sociedade (Fernandes, 2008, p. 319).

Dessa forma, o mito da democracia racial era, na realidade, uma estratégia de ocultação da discriminação e da marginalização da população negra, permitindo que as elites desfrutassem de seus privilégios sem serem questionadas quanto às desigualdades. Ele favorecia os grupos dominantes e ajudava a perpetuar a exclusão social, contribuindo para a negação do racismo no Brasil. Ao promover a falsa ideia de que não havia tensões raciais no país, as elites conseguiram evitar discussões sobre as verdadeiras causas das desigualdades, além de bloquear as pressões por reformas estruturais necessárias para enfrentá-las. O mito da democracia racial se tornava, assim, uma barreira para a transformação social e para a efetiva inclusão dos grupos racialmente marginalizados na sociedade brasileira. A negação do racismo institucional, por sua vez, perpetuou a exclusão da população negra no mercado de trabalho e no ensino superior.

A luta dos movimentos sociais e intelectuais negros/as pelo reconhecimento das desigualdades raciais foi essencial para desconstruir o mito da democracia racial e fundamentar a necessidade de ações afirmativas. Nesse contexto, as cotas raciais emergiram como uma política essencial para garantir equidade e inclusão no ensino superior, representando um avanço na busca por justiça social e reparação histórica.

2.3 O Movimento Negro e a Luta por Reconhecimento

A luta do movimento negro no Brasil é marcada por resistência e busca por reconhecimento, desde o período colonial até a atualidade. Ao longo do século XX, a mobilização negra ganhou forma institucional, reivindicando direitos fundamentais, especialmente no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Esse processo culminou na implementação de políticas afirmativas, fruto de anos de reivindicações e embates políticos.

Uma das primeiras expressões dessa luta foi o Pan-Africanismo, ideologia surgida no início do século XX, que defendia a união dos povos africanos e afrodescendentes contra a discriminação racial (Nascimento, 1980). Paralelamente, o quilombismo emergiu como uma forma de resistência coletiva, inspirada nos quilombos históricos e na luta por autonomia e equidade racial. Abdias Nascimento, um dos principais intelectuais do movimento negro, ressaltou o papel dessas iniciativas na preservação da identidade afro-brasileira e na promoção de direitos. Como destacou Abdias Nascimento (1980, p. 209), “fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana”.

Na década de 1940, Abdias Nascimento funda com outras pessoas ativistas o Teatro Experimental do Negro (TEN), iniciativa pioneira que combatia estereótipos raciais e promovia a participação de atrizes e atores negros no cenário artístico nacional. Mais tarde, criou o jornal *Quilombo*, que se tornou um veículo essencial para a difusão das pautas negras no Brasil.

Como parlamentar, Nascimento teve um papel fundamental na luta por igualdade racial. Em 1983, como deputado federal, propôs o Projeto de Lei nº 1.332, que visava estabelecer medidas compensatórias em favor da população negra, incluindo a criação de cotas no serviço público e nas instituições de ensino superior. Embora a proposta não tenha

sido aprovada na época, estavam lançadas as bases para futuras discussões sobre ações afirmativas no Brasil.¹

Com a redemocratização do Brasil em 1985, abriu-se um espaço para debates sobre a inclusão social. A Constituição de 1988 estabeleceu bases normativas para a promoção da igualdade de oportunidades, embora não tenha mencionado explicitamente as ações afirmativas (BRASIL, 1988).

Na década de 1970, o movimento negro no Brasil intensificou sua atuação, buscando o reconhecimento do racismo estrutural e a implementação de políticas públicas inclusivas. Esse movimento foi essencial para a promoção do reconhecimento das desigualdades raciais e sociais e a implementação de políticas como as cotas raciais. O pan-africanismo e o quilombismo, conforme mencionado por Nascimento, também ganharam força nesse contexto, refletindo uma busca pela igualdade e pelo reconhecimento da cultura afro-brasileira como parte essencial da identidade nacional.

Em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em Brasília, foi um marco importante nesse movimento. A marcha reivindicava ações afirmativas e políticas de reparação para a população negra. Em resposta, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, formalizando o compromisso do governo com as ações afirmativas.

O debate sobre ações afirmativas ganhou força no cenário internacional em 2001, quando ocorreu a Conferência Mundial contra o Racismo, promovida pela ONU, em Durban, na África do Sul. Nessa conferência, o Brasil reconheceu oficialmente a existência do racismo no país e assumiu o compromisso de implementar políticas afirmativas para combater as desigualdades raciais. Como desdobramento, em 2002, foi aprovado o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que estabeleceu diretrizes para incentivar a diversidade racial no funcionalismo público, garantindo a contratação de pessoas negras em cargos comissionados.

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, foi outro avanço significativo na institucionalização das ações afirmativas no Brasil. A SEPPIR passou a atuar na formulação, articulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para a equidade racial, consolidando a agenda governamental

¹ **Pan-africanismo:** movimento político, cultural e filosófico que defende a união e solidariedade entre os povos africanos e da diáspora, buscando combater o colonialismo, o racismo e fortalecer identidades negras em escala global.

Quilombismo: conceito formulado por Abdias do Nascimento que propõe um projeto político de emancipação da população negra, baseado nos princípios de solidariedade, autonomia e resistência histórica dos quilombos.

nesse sentido. Já em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, que fortaleceu a base legal das políticas afirmativas, determinando medidas concretas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho e na administração pública.

No âmbito do serviço público, um dos marcos mais relevantes foi a aprovação da Lei nº 12.990, em 2014, que estabeleceu a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos/as negros/as. A constitucionalidade dessa medida foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2017, quando a Corte reafirmou que as cotas raciais no setor público são um instrumento legítimo e essencial para a redução das desigualdades raciais.

A luta pela equidade racial também avançou no campo internacional. Em 2022, o Brasil incorporou à sua legislação a Convenção Interamericana contra o Racismo, reafirmando seu compromisso com políticas afirmativas e o combate à discriminação racial. No ano seguinte, o governo federal deu mais um passo com a criação do Ministério da Igualdade Racial, um órgão responsável por coordenar e fortalecer políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial e ao enfrentamento do racismo.

Ainda em 2023, foram implementadas novas medidas para ampliar a presença de pessoas negras em cargos de liderança. O Decreto nº 11.443 estabeleceu que 30% das funções de confiança e cargos comissionados no Executivo Federal deveriam ser ocupados por pessoas negras, assegurando maior representatividade nos espaços de decisão. Além disso, foi lançado o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), que expandiu o alcance das ações afirmativas, beneficiando não apenas pessoas negras, mas também quilombolas, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência, promovendo maior equidade no serviço público.

Essa trajetória evidencia que as ações afirmativas no Brasil não são conquistas isoladas, mas sim o resultado de uma luta histórica, coletiva e contínua por justiça e equidade. Embora avanços significativos tenham sido alcançados, o debate sobre a manutenção e o aprimoramento dessas políticas segue sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A história do movimento negro no Brasil demonstra que a implementação de políticas afirmativas vai além de um avanço legal; trata-se de uma conquista fruto da resistência e da mobilização social. Desde as primeiras articulações no século XX até os avanços mais recentes, a atuação da sociedade civil foi essencial para pressionar o Estado brasileiro e garantir medidas concretas de promoção da igualdade racial. A continuidade dessas políticas é indispensável para o enfrentamento do racismo estrutural e a promoção da equidade no acesso às oportunidades.

3 A LEI DE COTAS (2012) E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Antes da criação da Lei de Cotas, algumas universidades brasileiras já haviam adotado políticas afirmativas. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) implementaram, em 2003, a reserva de vagas com enfoque racial, antecipando-se à política nacional posteriormente consolidada pela Lei nº 12.711/2012.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por sua vez, foi uma das últimas universidades federais a adotar a política de cotas antes da sanção da Lei. A implementação foi iniciada em 2010, por meio da Resolução nº 09/2010 do CONSEPE, que estabeleceu a reserva de 25% das vagas para estudantes cotistas a partir de 2011. Esse percentual foi ampliado gradualmente, alcançando 40% até o ano de 2014.

Caminhos das Cotas no Ensino Superior Público: Universidades Pioneiras e a Jornada da UFPB

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 2001

- Primeira universidade pública a adotar cotas no Brasil.
- Lei Estadual nº 3.708/2001: 40% das vagas para negros e pardos, 50% para egressos de escolas públicas.

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) – 2002

- Seguiu o modelo da UERJ, estabelecendo cotas raciais e sociais.

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - 2003

- Primeira universidade pública da Região Nordeste a implantar um sistema de reserva de vagas em seu processo seletivo.
- Implementou a reserva de 40% das vagas para estudantes afrodescendentes oriundos da rede pública de ensino. Além disso, destinou 5% das vagas a candidatos indígenas, reconhecendo suas especificidades étnicas e garantindo

sua inclusão no ensino superior.

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – 2010

- Foi uma das últimas universidades federais a adotar a política de cotas antes da sanção da Lei nº 12.711/2012.
- A implementação foi gradual: Resolução nº 09/2010/CONSEPE determinou 25% de vagas para cotistas em 2011, aumentando para 40% até 2014.

Lei Federal nº 12.711/2012 (Cotas Nacionais)

- Tornou obrigatória a adoção do sistema de cotas em todas as universidades federais.
- Estabeleceu que 50% das vagas deveriam ser destinadas a alunos de escolas públicas, com subcotas raciais e socioeconômicas.

A Lei Federal nº 12.711, sancionada em 2012, tornou obrigatória a adoção do sistema de cotas em todas as universidades e institutos federais de ensino superior. A legislação determinou que, no mínimo, 50% das vagas em cada curso e turno fossem destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, com subcotas específicas para candidatos pretos, pardos, indígenas, quilombolas e de baixa renda, considerando os critérios raciais e socioeconômicos.

3.1 A Lei de Cotas na UFPB e a Criação do NEABI

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fundada em 1955 e federalizada em 1960, é uma instituição multicampi, com atuação em João Pessoa, Areia, Bananeiras, Rio Tinto e Mamanguape. Atualmente, oferece 123 cursos de graduação distribuídos em diversas áreas do conhecimento, abrangendo Ciências da Saúde, Humanas, Exatas e Tecnológicas.

Nesta universidade, as discussões sobre ações afirmativas na UFPB começaram em 1999, impulsionadas por movimentos sociais, professores/as e estudantes, com destaque para o Movimento Negro da Paraíba e a Pastoral do Negro. Apesar do início do debate, apenas em 2007 foi elaborada a primeira proposta formal de cotas, que encontrou forte resistência dentro

da universidade. O Centro de Educação (CE) foi a única unidade acadêmica a apoiar a iniciativa.

A pressão do Ministério Público Federal (MPF/PB) foi decisiva para a implementação da política. Em 2008, a Recomendação nº 02/2008 solicitou que a UFPB adotasse um sistema de cotas. Diante da inércia da universidade, uma nova recomendação, a nº 19/2009, estabeleceu um prazo de 120 dias para sua implementação.

Em 2010, após um seminário organizado por entidades do movimento negro e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB), a Resolução nº 09/2010/CONSEPE instituiu a Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV). O sistema previa a reserva de 25% das vagas em 2011, aumentando progressivamente até 40% em 2014, com subcotas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, conforme a proporção populacional do IBGE.

Com a aprovação da Lei Federal nº 12.711/2012, a UFPB ajustou sua política por meio da Resolução nº 54/2012/CONSEPE, ampliando a reserva para 60% das vagas destinadas a alunos/as com renda familiar de até 1,5 salário mínimo *per capita*, além de manter as subcotas raciais e para pessoas com deficiência.

A implementação das cotas enfrentou resistência interna, com oposição de parte da comunidade acadêmica. Apenas o Centro de Educação apoiou a proposta inicialmente, e a aprovação no CONSEPE (2010) ocorreu após forte pressão externa, resultando em 20 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções. Além disso, a permanência dos/as cotistas na universidade revelou fragilidades no suporte institucional. A Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), criada em 2010, implementou programas como o Restaurante Universitário, as Residências Universitárias, a Bolsa Permanência (em parceria com o MEC) e o Programa de Apoio a Estudantes com Deficiência, incluindo intérpretes de Libras e tecnologias assistivas. No entanto, não há políticas específicas voltadas para cotistas negros/as e indígenas, já que os critérios de assistência estudantil priorizam a renda, e não a raça. Além disso, a universidade não possui uma avaliação sistemática do desempenho acadêmico desses/as estudantes.

3.2 O NEABI e seu Papel na Promoção da Igualdade Racial

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) foram criados em diversas universidades brasileiras como espaços de estudos, pesquisa, formação e militância em torno das questões raciais e indígenas. Eles desempenham um papel central na produção e difusão do conhecimento sobre a população negra e indígena, além de atuarem no enfrentamento do racismo estrutural e na valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas.

Na UFPB, o NEABI nasce do sopro da necessidade e do grito por justiça, forjado pela luta de docentes que, por décadas, semearam reflexões sobre a presença negra e indígena no Brasil. Muitas vezes, suas vozes ecoavam à margem das estruturas institucionais, enfrentando a invisibilidade imposta por um sistema que prefere silenciar a enfrentar desigualdades. Diante desse isolamento, esses professores e professoras decidiram romper com a fragmentação e consolidar um espaço que desse organicidade à luta, institucionalizasse a resistência e tornasse irreversível a presença das pautas étnico-raciais na universidade. Foi assim que, em 2011, surgiu a Comissão Pró-NEABI, inspirada em iniciativas semelhantes pelo país.

O NEABI da UFPB foi criado em 2012, no contexto da implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Sua missão é sistematizar, produzir e difundir conhecimentos que contribuam para a promoção da equidade racial e dos Direitos Humanos, buscando superar o racismo e outras formas de discriminação. Com isso, fortalece as ações afirmativas da universidade e se consolida como um espaço de pesquisa, resistência e promoção da diversidade étnico-racial no ambiente acadêmico. O núcleo organiza palestras, eventos culturais e atividades acadêmicas voltadas para a reflexão e o debate sobre as questões raciais e indígenas. Além disso, oferece apoio pedagógico, criando um ambiente de acolhimento e fortalecimento das identidades negras, indígenas e quilombolas.

Os NEABIs são mais do que espaços acadêmicos; são territórios de resistência, trincheiras do saber, onde se forjam novas narrativas e se desconstroem os alicerces do racismo estrutural que insiste em marginalizar corpos e histórias. São faróis na neblina do esquecimento, onde a ancestralidade ecoa em pesquisas, debates e práticas que reivindicam não apenas reconhecimento, mas reparação.

A missão do NEABI transcende a academia: não se trata apenas de sistematizar e difundir conhecimento, mas de transformar a universidade e a sociedade, tensionando suas bases e rompendo com paradigmas coloniais que ainda persistem. Suas áreas de atuação – identidades, territórios, saúde da população negra, literatura, gênero, ações afirmativas, entre outras – são fronteiras em disputa, trincheiras onde se luta para que a história negra e indígena não seja um apêndice, mas parte central da construção do conhecimento.

Na universidade, o NEABI promove encontros, debates, monitorias, projetos e eventos culturais, não como simples ações institucionais, mas como atos políticos de reafirmação. Cada atividade realizada é uma insubordinação ao esquecimento, uma reafirmação de que a população negra e indígena não apenas sobrevive, mas ressignifica, resiste e revoluciona.

Apesar dos avanços, o desafio persiste. A universidade ainda carrega os cimentos da exclusão e, muitas vezes, trata a presença de estudantes negros/as e indígenas como uma concessão, e não como um direito. A política de cotas abriu portas, mas garantir a permanência é um embate diário contra a desigualdade material e simbólica que insiste em criar barreiras. O NEABI segue, portanto, como um pilar essencial nesse enfrentamento, lutando pela ampliação de políticas de assistência, para que cada estudante cotista possa não apenas entrar, mas concluir sua trajetória acadêmica, transformando-se em agente de mudança para sua comunidade.

Assim, o NEABI/UFPB é mais do que um núcleo: é um quilombo contemporâneo, uma aldeia de saberes insurgentes, uma teia que se entrelaça entre o passado de lutas e o futuro de conquistas. Seus passos são impulsionados pela memória dos que vieram antes e pelo compromisso com os que ainda virão. Porque ocupar a universidade não é apenas um ato acadêmico – é um ato revolucionário.

Com a consolidação da política de cotas e a atuação do NEABI, a UFPB reafirmou seu compromisso com a democratização do ensino superior, promovendo um ambiente mais inclusivo e igualitário. No entanto, desafios ainda persistem, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento acadêmico de cotistas e à garantia de sua permanência na universidade. O fortalecimento do NEABI e a ampliação de políticas de assistência são essenciais para transformar a universidade em um espaço verdadeiramente democrático, onde a equidade racial não seja uma promessa, mas uma realidade.

3.3 Atualizações e Desafios Contemporâneos

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) estabeleceu uma revisão obrigatória de suas diretrizes após uma década de implementação, trazendo novamente o debate sobre sua efetividade e aprimoramento em 2022. Durante esse processo, ficou amplamente reconhecido que a política foi bem-sucedida na ampliação do acesso ao ensino superior para grupos historicamente excluídos, como estudantes pretos/as, pardos/as, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. No entanto, a revisão evidenciou a necessidade de fortalecer os mecanismos de permanência estudantil, como bolsas de estudo, assistência estudantil e suporte acadêmico, garantindo não apenas o ingresso dos cotistas, mas também sua conclusão com êxito.

Em resposta a essas discussões, foi sancionada a Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que alterou a Lei nº 12.711/2012 para reforçar e expandir a política de cotas. Entre as principais mudanças, a nova legislação manteve a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, mas trouxe avanços significativos ao explicitar a inclusão de quilombolas e ao reafirmar o compromisso com a equidade racial e social dentro das instituições federais de ensino superior e técnico.

Além do ambiente acadêmico, as políticas afirmativas avançaram para outros setores, como concursos públicos e empresas privadas. A valorização da diversidade racial e inclusão no mercado de trabalho ganhou força, com grandes corporações, especialmente multinacionais, adotando programas de contratação voltados para pessoas negras e outros grupos. Essas iniciativas ampliaram o debate sobre a importância da equidade racial, não apenas na educação, mas também na empregabilidade e na ascensão profissional.

Outro marco relevante ocorreu em 2023, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou, mais uma vez, a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades. A decisão consolidou essa política como uma ferramenta essencial no combate às desigualdades raciais estruturais no Brasil, alinhando-se aos princípios da Constituição Federal de 1988, que garantem a promoção da isonomia social e racial.

Apesar dos avanços legislativos e institucionais, os desafios persistem. A permanência de estudantes cotistas nas universidades continua sendo um dos maiores obstáculos para a consolidação dessa política, exigindo o fortalecimento da assistência estudantil, da acessibilidade e do suporte acadêmico adequado. Além disso, a resistência de setores

conservadores e a tentativa de deslegitimar as cotas demonstram que a luta pela equidade racial ainda enfrenta barreiras culturais e institucionais.

Dessa forma, o aprimoramento da política de cotas e a ampliação de ações afirmativas não são apenas um compromisso com o presente, mas uma necessidade histórica para que as universidades e demais espaços institucionais se tornem verdadeiramente democráticos, representativos e inclusivos.

4 A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

4.1 A Lei de Cotas e a Democratização do Acesso ao Ensino Superior

A aprovação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como a Lei de Cotas, representa um divisor de águas na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Essa lei estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, com subcotas específicas para negros/as, pardos/as, indígenas e pessoas com deficiência. A política visa corrigir desigualdades estruturais, proporcionando oportunidades para aqueles/as que, historicamente, foram excluídos/as do sistema educacional.

Embora a Lei de Cotas tenha sido bem-sucedida em aumentar o acesso de estudantes negros/as e de baixa renda às universidades públicas, ela também revela desafios relacionados à permanência de estudantes nas instituições. O acesso, embora essencial, é apenas o primeiro passo de um processo de inclusão mais amplo. A permanência no ensino superior, especialmente no caso dos cotistas, depende de diversos fatores, desde o suporte financeiro até o acompanhamento pedagógico adequado.

Estudos indicam que, apesar do aumento no número de cotistas nas universidades, a permanência continua a ser um dos maiores desafios. Muitos desses/as alunos/as enfrentam dificuldades que vão além das barreiras econômicas, incluindo o racismo institucional e a falta de suporte pedagógico adequado, o que contribui para as altas taxas de evasão.

4.2 A Estrutura Pedagógica e Suas Implicações na Permanência e Evasão

A estrutura pedagógica de uma instituição de ensino desempenha um papel crucial na permanência dos alunos, especialmente para os/as cotistas, que frequentemente enfrentam uma realidade distinta de seus colegas de classe média e alta. A pesquisa aponta que os desafios enfrentados por cotistas não se limitam à falta de recursos financeiros, mas também à necessidade de adaptação a um ambiente acadêmico que pode ser, muitas vezes, hostil ou indiferente às suas realidades.

Muitos/as estudantes cotistas relatam dificuldades em acompanhar o ritmo das aulas, devido à base educacional inadequada recebida no ensino básico, muitas vezes marcado por desigualdades. A falta de um suporte pedagógico adequado agrava esse problema,

contribuindo para a desistência de muitos alunos em suas trajetórias acadêmicas. Além disso, a estrutura das universidades, que nem sempre contempla a diversidade de seus alunos/as, pode reforçar a sensação de exclusão, com currículos descontextualizados e exclusivamente eurocêtricos:

A universidade, por sua vez, como instituição de produção, circulação e reprodução do conhecimento, historicamente, alijou de seus espaços as práticas, as experiências e os saberes subalternizados pela razão *ocidental-cêntrica*. Para compreender a história da institucionalização de suas práticas e da consolidação de um único repertório a ser *universalizado*, revestido pela legitimidade dos critérios de cientificidade instituídos pela modernidade europeia, é preciso colocar em questão o seu reverso: que epistemologias, vivências, práticas e conhecimentos foram deslegitimados para que se afirmasse como exclusiva a matriz epistêmica produzida por essa razão hegemônica? Que humanidades foram ontologicamente desconsideradas para que o cânone moderno/ocidental se impusesse em sua suposta autoevidência? E, finalmente, qual é a função desempenhada pelo racismo e pelo sexismo na consolidação dessa geopolítica do conhecimento, que instituiu centros e periferias, hierarquias ontológicas, epistêmicas e raciais? (Reis, 2022, p. 6-7).

A ausência de políticas de apoio pedagógico, como monitorias e tutorias, além da falta de docentes capacitados/as para lidar com a realidade socioeconômica e racial dos/as estudantes, são fatores que impactam diretamente a permanência de cotistas no ensino superior. A implementação de uma pedagogia que reconheça e valorize as experiências e saberes dos/as alunos, é fundamental para garantir o seu sucesso e a sua continuidade acadêmica, enfrentando estruturas racializadas que excluem, também internamente, esses/as estudantes como sujeitos/as do conhecimento.²

4.3 O Impacto da COVID-19 na Permanência de Estudantes Cotistas da UFPB

A pandemia da COVID-19 representou uma crise sanitária sem precedentes, afetando profundamente diversas esferas³ da sociedade, incluindo a educação. No Brasil, universidades federais precisaram suspender atividades presenciais e implementar o ensino remoto emergencial, medida que, embora necessária, escancarou desigualdades estruturais. Para estudantes cotistas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialmente aqueles/as de baixa renda, negros/as e pobres, as dificuldades foram ampliadas, comprometendo sua permanência no ensino superior.

² **Eurocêntrico:** termo que designa uma perspectiva de mundo que coloca a cultura europeia como centro e modelo universal de conhecimento, civilização e valores, desvalorizando ou invisibilizando outras matrizes culturais, especialmente as africanas e indígenas.

³

Declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, a COVID-19 levou à adoção de medidas restritivas para conter sua disseminação, incluindo isolamento social e fechamento de instituições de ensino. No Brasil, o Ministério da Educação autorizou a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto, e, na UFPB, essa transição foi oficializada pela Portaria nº 090/GR/REITORIA/UFPB, de 17 de março de 2020.

A mudança para o ensino remoto impactou desproporcionalmente os/as estudantes em situação de vulnerabilidade, evidenciando desigualdades já existentes. Muitos/as cotistas não possuíam acesso adequado à internet, dispositivos eletrônicos compatíveis ou mesmo um ambiente domiciliar propício para os estudos. A permanência na universidade, já desafiadora para esse grupo, tornou-se ainda mais incerta.

Além das dificuldades tecnológicas, a pandemia agravou o contexto econômico. Famílias de baixa renda, que já enfrentavam dificuldades financeiras, viram sua situação piorar com o desemprego e a redução da renda. Muitos/as estudantes precisaram dividir seu tempo entre os estudos e a busca por trabalho para ajudar no sustento da família. Para alguns, a única alternativa foi retornar às suas cidades de origem, onde o acesso à educação se tornou ainda mais precário. Esse foi o caso de diversos/as alunos/as da UFPB que deixaram João Pessoa por falta de recursos e segurança, comprometendo sua continuidade acadêmica. No meu caso, precisei voltar para casa devido à ausência de suporte financeiro e condições para permanecer na universidade. Diante desse cenário de incerteza, abandonar o curso passou a ser uma possibilidade real.

Embora a UFPB tenha adotado medidas para minimizar o impacto da pandemia, como a distribuição de chips de internet e auxílios emergenciais, esses esforços não foram suficientes para garantir a permanência de todos/as estudantes em situação de vulnerabilidade. A burocracia e a limitação dos recursos impediram que muitos alunos/as acessassem esses benefícios, contribuindo para o aumento da evasão.

Estudos indicam que a pandemia acentuou as desigualdades educacionais (Reis, 2020). Segundo a UNESCO (2020), estudantes em situação de vulnerabilidade foram mais afetados pela crise, apresentando maior risco de evasão e perdas na aprendizagem. No Brasil, onde as universidades públicas desempenham um papel essencial na inclusão social, a crise

sanitária evidenciou a necessidade de políticas mais robustas para garantir que os cotistas não sejam forçados/as a abandonar seus cursos.

O impacto da COVID-19 na educação superior vai além do fechamento temporário das universidades. Para estudantes cotistas da UFPB, a pandemia significou um desafio ainda maior à permanência acadêmica, reforçando desigualdades socioeconômicas e evidenciando fragilidades nas políticas de assistência estudantil.

A universidade não deve apenas oferecer ensino de qualidade, mas também garantir condições para que todos/as os/as alunos/as, independentemente de sua origem socioeconômica, concluam sua formação. A crise sanitária evidenciou necessidade de maior investimento em políticas de permanência estudantil, assegurando que o acesso à educação seja um direito de todas as pessoas, e não um privilégio de poucas.

4.4 A Assistência Estudantil e a Permanência dos Cotistas

A permanência de estudantes cotistas no ensino superior está diretamente relacionada às políticas de assistência estudantil, cuja função é minimizar os impactos das desigualdades socioeconômicas e garantir condições adequadas para que esses/as alunos/as possam concluir sua formação.

A análise do Relatório Setorial de Gestão da PRAPE (2024) evidencia o esforço da UFPB em oferecer suporte aos/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), diversos auxílios e serviços são disponibilizados, como:

- Residência Universitária: acesso à moradia estudantil para alunos oriundos de outras localidades.
- Restaurante Universitário: oferta de refeições subsidiadas para estudantes beneficiários.
- Auxílio-Alimentação: ajuda de custo para alunos que não têm acesso ao Restaurante Universitário.
- Auxílio-Moradia: suporte financeiro para despesas habitacionais de alunos que não conseguiram vaga na residência universitária.

- Auxílio-Creche: benefício para estudantes com filhos pequenos.
- Auxílio-Transporte: ajuda de custo para deslocamento até a universidade.
- Apoio Emergencial: suporte financeiro temporário para alunos em situação de extrema vulnerabilidade.
- Bolsa Permanência: auxílio do MEC destinado a indígenas e quilombolas.

O relatório aponta que, no ano de 2024, 9.311 auxílios foram concedidos a estudantes da UFPB, o que demonstra o alcance da assistência estudantil na instituição. No entanto, o número de estudantes em situação de vulnerabilidade ainda é elevado, e muitos/as deles/as não conseguem ser contemplados/as pelos benefícios.

Apesar da existência de auxílios e serviços de assistência estudantil, um número significativo de estudantes cotistas ainda enfrenta dificuldades para acessar esses benefícios. A burocracia excessiva, os critérios rígidos de seleção e as inconsistências nos processos de avaliação socioeconômica podem resultar na exclusão de quem realmente necessita de apoio para continuar seus estudos.

Muitos/as discentes relatam que, mesmo atendendo aos critérios exigidos para a concessão dos auxílios, enfrentam dificuldades na comprovação documental da sua vulnerabilidade socioeconômica. Esse cenário é preocupante, pois significa que há estudantes em situação de extrema necessidade que não conseguem acesso aos recursos que deveriam garantir sua permanência na universidade.

Essa realidade é vivenciada de maneira particular por aqueles/as que, mesmo dentro do perfil de vulnerabilidade exigido, não conseguem acessar nenhum dos auxílios oferecidos. Este é o meu caso pessoal, pois, apesar de atender aos critérios de seleção, não fui contemplada com nenhum dos benefícios da assistência estudantil da UFPB. Essa experiência reforça a necessidade de um aprimoramento nos processos de análise documental e uma maior flexibilização na avaliação da condição socioeconômica de discentes.

Diante disso, torna-se urgente:

1. Rever os critérios de seleção para evitar a exclusão de estudantes que necessitam do auxílio.
2. Aprimorar os processos de análise documental, tornando-os mais acessíveis e menos burocráticos.
3. Ampliar a quantidade de auxílios e recursos destinados à permanência dos estudantes cotistas.
4. Garantir maior transparência e eficiência na concessão dos benefícios, evitando que alunos em situação de vulnerabilidade fiquem desassistidos.

A democratização do acesso ao ensino superior só será completa quando a permanência estudantil for garantida de maneira efetiva para todos os estudantes em situação de vulnerabilidade. Portanto, políticas de assistência estudantil mais inclusivas e eficientes são essenciais para reduzir as desigualdades e assegurar que cotistas não apenas ingressem, mas também concluam sua formação acadêmica.

5 REFLEXÕES A PARTIR DAS ESCRIVIVÊNCIAS

A *escrevivência*, concebida por Conceição Evaristo, é uma abordagem que valoriza a narrativa pessoal e a experiência subjetiva de quem escreve. Como metodologia, as pessoas participantes da pesquisa podem conectar suas vivências com questões sociais mais amplas e coletivas. Como define Evaristo (2007), a *escrevivência* não se limita a relatar a realidade, mas a interpreta e ecoa a voz de grupos marginalizados, oferecendo uma perspectiva genuína das suas trajetórias e lutas.

No contexto desta pesquisa, as *escrevivências* de estudantes cotistas do curso de Pedagogia da UFPB oferecem uma visão sensível e aprofundada de suas experiências acadêmicas. Ao relatar suas vivências, as pessoas participantes terão a oportunidade de expor questões relacionadas ao racismo, à exclusão e às barreiras institucionais que enfrentam no cotidiano universitário.

A abordagem metodológica da *escrevivência* é fundamental para captar as nuances das dificuldades enfrentadas por cotistas, pois vai além dos dados quantitativos, oferecendo uma perspectiva mais humanizada e contextualizada das experiências das/os estudantes. Como observa Evaristo (2007), a *escrevivência* transforma o ato de contar a própria história em um exercício político, no qual a narração se torna uma forma de resistência e reivindicação de espaço.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender de forma aprofundada os fenômenos sociais e educacionais a partir das experiências e percepções dos/as sujeitos envolvidos/as. O curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I, foi escolhido como foco do estudo devido à sua representatividade e diversidade de estudantes cotistas. A partir dessa análise, busca-se promover reflexões sobre a eficácia da Lei de Cotas e as políticas de permanência estudantil, oferecendo um retrato das vivências acadêmicas de alunos/as cotistas no período de 2018 a 2024.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas baseadas na *escrevivência*, metodologia inspirada por Conceição Evaristo, que dá ênfase à experiência subjetiva dos/as participantes e sua conexão com aspectos socioculturais mais amplos e comunitários. Como a

autora ressalta: *“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para 'ninar os da casa grande', mas sim para incomodá-los em seus sonhos injustos”* (Evaristo, 2007, p. 21).

Neste contexto, damos corpo e voz às escrevivências de três estudantes cotistas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a minha, Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz, a de Vitória Geysa Santos de Lima e a João Victor Ramos Xavier. Essas narrativas permitirão que as pessoas colaboradoras compartilhem suas dificuldades, desafios e percepções sobre o percurso acadêmico, com ênfase na permanência no ensino superior. O uso dessa abordagem possibilita uma compreensão mais ampla e subjetiva das trajetórias acadêmicas, reconhecendo as/os estudantes como protagonistas de suas próprias histórias.

A seleção dos participantes se realizou com base nos seguintes critérios:

1. Ter ingressado no curso de Pedagogia da UFPB entre 2018 e 2024;
2. Ser beneficiário/a da política de cotas raciais.

As escrevivências foram analisadas de forma conjunta, considerando o contexto socioeconômico e as particularidades da experiência de cada estudante. A partir dessa análise, busca-se identificar padrões e especificidades que pudessem contribuir para o debate sobre as políticas de permanência estudantil no ensino superior.

Simultaneamente, foi realizada uma análise dos documentos institucionais da UFPB relacionados à política de permanência estudantil, como relatórios sobre o desempenho acadêmico de cotistas, políticas de apoio financeiro, ações afirmativas e dados sobre evasão no curso de Pedagogia. A análise desses documentos permite contextualizar as vivências narradas nas escrevivências, permitindo a triangulação entre dados qualitativos e documentais. O objetivo foi identificar as estratégias implementadas pela UFPB para apoiar a permanência dos alunos cotistas e verificar sua eficácia à luz das experiências relatadas pelos/as próprios/as estudantes.

1. Primeira entrevista-escrevivência

Sou Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz, nascida em Recife e criada em Jaboatão dos Guararapes-Pernambuco. Minha trajetória educacional foi marcada por contrastes: iniciei meus estudos em uma escola privada até a 4ª série do Ensino Fundamental

I, mas a realidade mudou logo. Passei a estudar em escolas públicas, onde a defasagem do ensino deixou lacunas que carrego até hoje. A desigualdade educacional foi uma barreira que precisei enfrentar desde cedo.

Me reconheço como mulher negra e foi através dessa identidade que acessei a Universidade Federal da Paraíba em 2017, pelo sistema de cotas. No entanto, minha entrada não foi imediata. No ato da matrícula, fui informada que precisaria aguardar um ano para iniciar o curso de Pedagogia, devido ao atraso do calendário acadêmico causado por greves e paralisações. Assim, minha jornada universitária começou de fato apenas em 2018.

Antes de ingressar na UFPB, meu conhecimento sobre a política de cotas raciais era limitado. Foi apenas dentro da universidade que compreendi a verdadeira importância dessa política. Hoje, tenho plena consciência de que, sem essa ação afirmativa, dificilmente teria tido a oportunidade de acessar uma instituição de ensino superior pública. As cotas foram determinantes para minha entrada e mudaram completamente minha percepção de possibilidades dentro da educação.

Ao ser aprovada, fui tomada por uma mistura de emoções. A alegria e a conquista estavam lado a lado com a insegurança e a falta de pertencimento. Nunca imaginei que pudesse passar em uma universidade pública, e ao entrar, percebi o quanto a política de cotas foi fundamental para essa conquista. No entanto, dentro da universidade, o sentimento de exclusão também se fez presente. Os olhares, os apontamentos, a dificuldade de expressar minhas ideias sem ser silenciada. Como disse Monique Evelle: "Nunca fui tímida, fui silenciada". E a universidade, muitas vezes, reforçou esse silenciamento. Por ser uma mulher negra e periférica, sentia que sempre me colocavam em um lugar de menor reconhecimento, um espaço onde não me enxergavam como alguém capaz.

Minha relação com professores/as e colegas de curso nunca foi de proximidade. Sempre fui daquelas que chegavam cansadas, muitas vezes atrasada, pois trabalhava em dois turnos para conseguir me manter na Paraíba e continuar estudando. O vínculo que criei com alguns colegas foi interrompido com o tempo, pois muitos deles, cotistas como eu, não conseguiram permanecer na universidade e tiveram que abandonar o curso, principalmente após a pandemia. O desamparo e a solidão foram presenças constantes na minha trajetória acadêmica.

Os desafios para permanecer na universidade são inúmeros. O financeiro é o mais gritante. Nunca consegui nenhuma assistência ou bolsa estudantil, apesar de ter tentado. Sendo de outro estado, precisei sempre me virar para pagar aluguel, transporte, alimentação e todas as outras despesas necessárias para sobreviver enquanto estudava. Além disso, a falta de apoio pedagógico é um peso enorme. Essa ausência gera frustração, que por sua vez se transforma em problemas emocionais e até físicos.

Os auxílios estudantis seriam meu amparo, mas todas as vezes que tentei, fui indeferida. Nunca consegui ser contemplada com nenhuma forma de assistência estudantil, o que tornou minha permanência um desafio ainda maior.

A universidade ainda está muito longe de garantir a permanência de estudantes cotistas. As cotas abriram as portas, mas sem estrutura de permanência, essas portas continuam fechadas na cara de muitos/as estudantes. É preciso muito mais do que apenas o ingresso. É necessário criar condições reais para que possamos concluir nossos cursos, para que o acesso à universidade não seja um privilégio de poucos.

A universidade precisa ampliar suas políticas de assistência estudantil, desburocratizar o acesso a auxílios e garantir suporte pedagógico eficiente para estudantes cotistas. Também é essencial um maior acolhimento institucional, pois o ambiente universitário é muitas vezes hostil para estudantes que, como eu, vêm de contextos de vulnerabilidade.

Para mim, ser uma estudante cotista é carregar um significado imenso. É saber que estou ocupando um espaço que historicamente nos foi negado. É resistência, é superação, é luta diária. Mas também é ter consciência de que o caminho ainda é longo, e que a luta pela permanência precisa ser tão intensa quanto a luta pelo acesso.

Entrevista da autora - Ingryd: A luta solitária de quem veio de longe

Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz, cria de Jaboaão dos Guararapes. Mulher, negra, pobre e periférica, vinda de outro estado, ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2018 por meio das cotas raciais, após enfrentar um ano de espera devido a paralisações institucionais. Sua escrivivência revela uma trajetória marcada por rupturas, deslocamentos e resistência.

A chegada à universidade foi celebrada com alegria, mas logo atravessada por atrasos, desencontros e inseguranças. A ausência de vínculos com colegas e professores, a necessidade de trabalhar em dois turnos para garantir o mínimo – aluguel, comida, transporte – e a ausência de assistência estudantil transformaram sua experiência universitária em uma jornada solitária. “Chegava cansada, atrasada, trabalhando em dois turnos para pagar aluguel, comida, transporte. E mesmo assim, nunca fui contemplada com nenhum auxílio estudantil.”

Essas palavras escancaram o abismo entre acesso e permanência. O ingresso por meio do sistema de cotas não garantiu a Ingryd o direito de permanecer. Os auxílios, quando existem, são envoltos em uma burocracia cruel que exclui justamente os corpos que mais precisam. O sentimento de não pertencimento se tornou recorrente, reforçado por olhares e atitudes que deslegitimam sua presença enquanto mulher negra e periférica em um espaço historicamente branco e elitizado.

A universidade, para Ingryd, nunca foi um espaço de acolhimento. Foi – e ainda é – um espaço de sobrevivência. Sua trajetória é marcada por silenciamentos institucionais, raciais e classistas. A frase de Monique Evelle – “nunca fui tímida, fui silenciada” – ecoa em sua vivência e sintetiza a dor e a potência de sua existência.

Mesmo diante do cansaço, da solidão e do adoecimento emocional, sua escrevivência é resistência. Resistência que insiste, que denuncia a universidade que seleciona, mas não cuida. Que abre as portas, mas mantém as janelas fechadas para as vozes negras que ousam ocupar. Sua presença é afirmação política e poética: um corpo negro que, mesmo silenciado, permanece.

2. Segunda entrevista-escrevivência

Sou Vitória Geysa Santos de Lima, tenho 27 anos e sou natural de João Pessoa, Paraíba. Minha trajetória como estudante cotista do curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba carrega muitas marcas, dores e também conquistas. Estudei toda a vida em escolas públicas e fui a primeira mulher da minha família a ingressar no ensino superior, em 2022. Me reconheço como uma pessoa afroindígena, e essa identidade atravessa cada passo da minha experiência acadêmica.

Antes mesmo de entrar na UFPB, eu já conhecia o sistema de cotas e sabia da sua importância. Essa política foi essencial para que eu pudesse acessar a universidade. Sem as

cotas, o ensino superior teria permanecido como um sonho distante e inalcançável, porque as desigualdades educacionais ainda são muito presentes e violentas.

Quando entrei na universidade, senti a força simbólica da reparação histórica. Mas logo percebi que permanecer nesse espaço era um desafio imenso. Senti – e ainda sinto – um deslocamento constante. Às vezes me pergunto se realmente pertenço a esse lugar. É difícil acompanhar o ritmo acadêmico, e me comparar com colegas que parecem ter mais facilidade só torna tudo mais doloroso. Minha relação com professores e professoras, assim como com colegas, é distante. Falta acolhimento, falta vínculo, falta escuta no ambiente universitário.

Entre os maiores desafios que enfrento para permanecer na universidade está o equilíbrio entre as demandas acadêmicas e a sobrevivência – isso sem falar da maternidade. Já precisei muito de auxílios estudantis, mas não consegui me manter neles. Em um determinado momento, precisei trancar o curso para buscar formas de sustento fora da universidade. Os auxílios que existem são insuficientes e envoltos numa burocracia cruel, que impede muitos estudantes de acessá-los de maneira contínua.

Quando me perguntam se a UFPB garante a permanência dos estudantes cotistas, respondo com firmeza: não. O ingresso acontece, mas a permanência é uma batalha solitária. São necessárias políticas mais efetivas que garantam não só a entrada, mas também as condições mínimas para que a gente consiga concluir os nossos cursos. A permanência deveria ser assegurada desde o momento da matrícula, porque o estudante cotista já carrega consigo a sinalização de vulnerabilidade desde o início.

Acredito que é urgente reformar a política pública de permanência, sobretudo para nós, alunos da Licenciatura. A evasão é alarmante. Os critérios para acesso aos auxílios são tão burocráticos que acabam impedindo justamente aqueles que mais precisam. E, por isso, muitos estudantes desistem da universidade. Muitos desistem do sonho.

Ser uma estudante cotista tem um peso imenso na minha vida. Sem as cotas, eu não teria conseguido entrar no ensino superior. Mas também sei que só o acesso não é suficiente. A desigualdade continua dentro da universidade. A burocracia para conseguir apoio financeiro e acadêmico perpetua essa exclusão. A educação só será realmente inclusiva quando garantir não apenas o ingresso, mas a permanência e a formação desses estudantes. Quando nos der condições reais e dignas para seguir e resistir.

Entrevistada - Vitória: Maternidade, ancestralidade e exclusão institucional

Vitória Geysa Santos de Lima, 27 anos, é afroindígena, mãe solo e a primeira mulher de sua família a ingressar no ensino superior. Sua entrada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 2022, representou uma conquista coletiva, uma ruptura com a lógica da exclusão histórica que atravessou gerações. Ainda assim, sua escrevivência nos mostra que estar na universidade não significa, necessariamente, sentir-se parte dela.

A trajetória de Vitória é atravessada por dores e lutas que revelam o quanto a permanência estudantil ainda é um desafio urgente para corpos racializados, maternos e periféricos. Sua identidade afroindígena, somada à maternidade, intensifica os atravessamentos institucionais que a colocam constantemente entre o sonho de permanecer e a necessidade de sobreviver.

Sua vivência universitária foi marcada por sensações de deslocamento, inadequação e solidão. A comparação constante com colegas que pareciam “mais preparados”, a distância dos professores, a frieza das relações acadêmicas e a ausência de vínculos afetivos comprometeram sua autoestima e saúde mental. Como ela afirma com firmeza: “A gente entra, mas não se sente pertencente.”

Mesmo quando teve acesso a auxílios estudantis, Vitória precisou trancar o curso para garantir sua sobrevivência fora da universidade. Os benefícios, quando não são negados, são interrompidos ou condicionados a critérios burocráticos que desconsideram a complexidade da vida dos estudantes cotistas. “Os auxílios são insuficientes e os critérios de acesso são tão burocráticos que acabam impedindo aqueles que mais precisam”, denuncia.

Sua escrevivência escancara a insuficiência das políticas de permanência e evidencia que a evasão não é uma escolha pessoal, mas consequência direta da negligência institucional. Vitória nos convoca a repensar uma universidade antirracista, descolonial e verdadeiramente inclusiva – que vá além das cotas, que acolha, que sustente, que escute.

O acesso é necessário, mas insuficiente. A permanência é urgente. E sua voz, entrelaçada à ancestralidade que carrega, é um grito de resistência que rompe o silêncio imposto: permanecer é resistir.

3. Terceira entrevista-escrevivência

Meu nome é João Victor Ramos Xavier, tenho 27 anos e sou natural de Jaboatão dos Guararapes-PE. Minha formação escolar foi inteiramente construída na rede pública de ensino. Durante a Educação Básica, estudei entre Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho - cidade conhecida como "cidade da morte", realidade que me despertou importantes questionamentos enquanto jovem estudante negro e periférico.

Só consegui ingressar no curso de Pedagogia na UFPB graças à flexibilidade do SISU, que me permitiu concorrer a vagas em diferentes licenciaturas em várias instituições federais. Minha nota do ENEM 2016 não seria suficiente para a UFPE (estado de origem), onde as notas de corte eram mais altas que as da UFPB.

Conhecia as políticas de cotas, que foram fundamentais para realizar meu sonho de cursar uma graduação em uma universidade pública. Além disso, a existência de auxílios estudantis de permanência me deu segurança para buscar essa mudança de vida e ascensão social.

Ingressar na UFPB foi uma realização pessoal (vivendo o sonho da minha coroa), uma transição do trabalho braçal (construção civil) para a formação intelectual. Sabia que a universidade, embora historicamente construída pela classe trabalhadora, nem sempre foi acessível aos filhos do proletariado. Mesmo assim, enfrentei diversos obstáculos durante minha trajetória.

Logo no início do curso, presenciei um caso emblemático: agentes da segurança da universidade invadiram a sala de aula para agradecer à turma por denunciar "pessoas suspeitas". Eram dois jovens negros, de vestimenta periférica, que só queriam usar o banheiro e acabaram revistados. Também vi a segurança abordar estudantes negros em protestos por auxílios, infraestrutura ou gestão democrática, questionando se éramos mesmo alunos da instituição. Em outro episódio, fui agredido verbalmente por um desconhecido dentro da universidade, na frente dos seguranças, que não intervieram — apenas riram. Colegas de turma presenciaram a cena, chocados.

Além disso, fui agredido fisicamente pela segurança durante a gestão do ex-reitor Valdiney (indicado por Bolsonaro). Participei da ocupação "Ocupa ALPH", organizada por estudantes cotistas e liderada por travestis.

Minha experiência com os professores foi positiva — fiz amigos ao longo da graduação e não senti diferença no tratamento entre cotistas e não cotistas. No entanto, como

homem cis, hetero e negro, tive dificuldades de relacionamento com algumas colegas. Não sei se pela dissociação entre educação e política ou por meu engajamento nas lutas sociais e pela permanência estudantil.

Cheguei em João Pessoa um ano antes do início do curso, sem saber do atraso no calendário acadêmico. Nesse período, o Restaurante Universitário foi crucial para minha subsistência — inicialmente aberto a todos em dois turnos: primeiro para bolsistas, depois para a comunidade acadêmica.

Em 2018.1, já no segundo período, a política do RU mudou, passando a atender apenas estudantes com auxílio. Concorri aos editais de alimentação e moradia, mas só obtive o de alimentação. Só consegui o auxílio-moradia quando faltavam nove disciplinas para concluir o curso.

Minha permanência na universidade foi garantida principalmente pelos estágios não obrigatórios que exerci desde o primeiro período até o final da graduação, atuando como estagiário e professor. Complementei minha renda com bolsas de extensão, pesquisa e ensino, o que não apenas me sustentou financeiramente, mas também enriqueceu minha formação inicial e acumulei valiosas experiências na área educacional.

Ser estudante cotista significa "aprender a ler para ensinar meus camaradas" — carrego esse compromisso histórico com minha comunidade. É nosso dever aquilombar, servir de alicerce para as próximas gerações, assim como outros fizeram por nós. Meu papel é incentivar cada pessoa a se reconhecer como sujeito potente, repleto de beleza e intelectualidade.

Atualmente, embora os editais de auxílio da UFPB estejam mais frequentes, o número de benefícios ainda é insuficiente para atender todos os cotistas ingressantes e aqueles que continuam sem apoio. O PRAPE precisa urgentemente:

- Humanizar o atendimento da assistência social, superando a lógica burocrática
- Rever os prazos de pagamento (que variam entre o 1º e 10º dia útil)
- Compreender as necessidades imediatas (material escolar, internet, alimentação)

Assim como conquistamos 50% das vagas para cotistas, precisamos garantir que os direitos de permanência sejam efetivados no momento da matrícula. Todo estudante que

procura a assistência estudantil merece sair com esperança de solução para suas condições específicas.

Entrevistado – João: Da construção civil à construção de saberes – entre a violência institucional e o compromisso coletivo

João Victor Ramos Xavier, 27 anos, é homem negro, cis, natural de Jaboatão dos Guararapes (PE), filho da escola pública e das encruzilhadas entre cidade e sobrevivência. Ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2017, no curso de Pedagogia, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e da política de cotas raciais. Sua escrevivência é marcada por um deslocamento físico e simbólico: da construção civil, onde trabalhou antes de entrar na universidade, para a construção de saberes e resistências no espaço acadêmico.

A decisão de migrar para João Pessoa, em busca de uma oportunidade que em seu estado de origem era inalcançável devido às altas notas de corte, revela o quanto o acesso à educação superior pública ainda é profundamente desigual. O sistema de cotas e a expectativa de acesso aos auxílios estudantis foram determinantes para que João se lançasse nessa jornada. No entanto, a permanência foi um desafio diário, atravessado por violências, omissões institucionais e o peso de carregar, sozinho, a luta de muitos.

João relembra com indignação episódios de racismo e violência institucional dentro da UFPB, incluindo abordagens abusivas da segurança universitária a estudantes negros e sua própria agressão física durante protestos por permanência estudantil. “Fui agredido fisicamente pela segurança da universidade. E isso diante do silêncio institucional.” Sua presença negra, engajada e militante, foi constantemente alvo de suspeição e repressão.

Mesmo diante desses atravessamentos, sua trajetória também foi construída com conquistas e estratégias de resistência. João participou de estágios, projetos de pesquisa, extensão e bolsas de ensino, que além de garantir sua subsistência, fortaleceram sua formação política e pedagógica. Apenas no final do curso conseguiu acessar o auxílio-moradia, evidenciando a morosidade e a escassez das políticas de permanência.

Sua relação com professores foi positiva, mas, em alguns momentos, enfrentou tensões com colegas, especialmente devido ao seu posicionamento político e atuação nas lutas por direitos estudantis. Sua escrevivência carrega um compromisso que vai além da

trajetória individual: “Ser cotista é aprender a ler para ensinar meus camaradas. É construir alicerces para que outros possam caminhar.”

João nos convoca a repensar uma assistência estudantil que vá além do mínimo: que humanize os processos, reconheça a urgência das demandas e compreenda que a permanência também é uma forma de justiça social. Sua escrevivência é, ao mesmo tempo, denúncia e construção coletiva: entre as ruínas institucionais, ele edifica possibilidades.

Escrevivência, conceito cunhado por Conceição Evaristo (1995), articula três dimensões — escrever, ver e viver — e se estabelece como um elemento permanente neste percurso investigativo. Marcada, na obra da autora, por sua identidade racial, social e de gênero, a escrevivência assume outros contornos na universidade. A produção de conhecimento a partir da presença negra, assumindo voz e protagonismo, abre caminhos para que a universidade se transforme ao absorver saberes, trajetórias de vida, visões de mundo, vivências e referenciais teóricos historicamente marginalizados.

Neste capítulo, demos corpo e voz às escrevivências de estudantes cotistas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Inspiradas na metodologia proposta por Conceição Evaristo, essas narrativas se constituem como fios de memória, identidade e resistência, entrelaçando vivências individuais com estruturas sociais mais amplas. Escrevivência é palavra-movimento. É uma denúncia *encarnada*. É poética que sangra. Aqui, ela se torna ferramenta de análise, mas sobretudo, de escuta e transformação.

A política de cotas raciais, implementada como instrumento de reparação histórica, não se limita à abertura de portas. O acesso é apenas o início de uma travessia que, para os sujeitos negros e periféricos, é marcada por desafios estruturais: racismo institucional, exclusão simbólica, precariedade financeira e ausência de acolhimento pedagógico. A cada linha escrita por mim, Ingryd, pela estudante Vitória e o estudante João, compreende-se que a permanência no ensino superior é uma conquista diária, marcada por lutas silenciosas e, muitas vezes, solitárias.

Intersecções, ecos e caminhos

As escrevivências de Ingryd, Vitória e João não são casos isolados — são espelhos de um sistema educacional que, embora tensionado por ações afirmativas, ainda se sustenta sobre desigualdades históricas. A análise documental realizada junto à Universidade Federal

da Paraíba (UFPB), com base em relatórios institucionais, dados de evasão, políticas de assistência estudantil e ações afirmativas, reforça as denúncias presentes nas narrativas. A burocratização no acesso aos auxílios, a ausência de acompanhamento pedagógico e a fragilidade das políticas de permanência tornam-se obstáculos concretos à conclusão dos cursos.

As três escrevivências constroem um coro que denuncia a precariedade da permanência estudantil na UFPB. Apesar das singularidades de cada trajetória, há intersecções contundentes: o ingresso pela política de cotas como conquista simbólica e real, seguido de uma permanência marcada por exclusões, silenciamentos e lutas individuais travadas por sujeitos que carregam em seus corpos a história da exclusão social, racial e educacional brasileira. Ingryd fala da solidão e do cansaço de quem veio de outro estado e nunca foi acolhida; Vitória denuncia a crueldade da burocracia institucional e os desafios de ser mãe solo e estudante; João evidencia o peso da violência institucional explícita, da repressão aos corpos negros politizados e da necessidade de criar suas próprias estratégias de resistência.

Esses relatos deixam evidente que a permanência no ensino superior não pode ser compreendida como uma responsabilidade individual. Ela é coletiva, estrutural e política. Exige uma universidade que reconheça os sujeitos cotistas como protagonistas de suas trajetórias, e não como exceções toleradas. Uma universidade que se comprometa com mais do que o acesso: que se responsabilize também pela travessia.

A escrevivência, neste contexto, é ato político de reexistência. É ferramenta de denúncia, mas também de proposição. Ao narrar suas dores, os sujeitos também apontam caminhos: desburocratização dos auxílios, ampliação da assistência estudantil, criação de núcleos de acolhimento, políticas de cuidado com a saúde mental e formação continuada de docentes em relações étnico-raciais.

Interseccionalidades nas escrevivências cotistas

Apesar das particularidades de cada trajetória, algumas temáticas se repetem nas escrevivências analisadas, revelando padrões estruturais que atravessam as experiências de estudantes cotistas na UFPB:

Sentimento de não pertencimento e solidão: Todas as narrativas expressam a dificuldade de se sentir parte da universidade, atravessadas pelo racismo estrutural, pela ausência de acolhimento e pelo distanciamento nas relações com colegas e professores. A universidade, em vez de espaço de pertencimento, se apresenta como território de isolamento.

Ausência de apoio institucional: Mesmo quando buscaram auxílios, os/as estudantes foram barrados por entraves burocráticos ou pela escassez de recursos. A assistência estudantil, que deveria garantir a permanência, aparece como um direito negado ou condicionado a processos excludentes.

Impacto das desigualdades pré-universitárias: A defasagem no ensino básico, especialmente entre estudantes vindos da escola pública, configura uma barreira inicial que não é superada com o ingresso. Ao contrário, ela se perpetua e se aprofunda ao longo da graduação.

Política de cotas como porta de entrada, não de permanência: As cotas são reconhecidas como políticas fundamentais de acesso, mas não suficientes para garantir a permanência. A luta para permanecer, frequentemente, é mais árdua do que a luta para entrar.

As escrituras analisadas confirmam que a política de cotas raciais é um instrumento indispensável para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, sua eficácia esbarra na fragilidade das políticas de permanência. A universidade ainda não está preparada para acolher, apoiar e garantir que estudantes cotistas — sobretudo os mais vulneráveis — concluam seus estudos com dignidade.

É urgente que as instituições revejam suas práticas de assistência, acolhimento e suporte pedagógico. Mais do que celebrar estatísticas de ingresso, é preciso assumir o compromisso com a permanência e o sucesso desses/as estudantes. Que o acesso seja apenas o começo — e não o fim — da caminhada acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os desafios enfrentados para a permanência de estudantes cotistas no âmbito acadêmico, especialmente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no curso de Pedagogia, Campus I, a partir da análise dos impactos da Lei de Cotas Raciais (Lei nº 12.711/2012). Buscamos refletir sobre a democratização do acesso ao ensino superior e os obstáculos enfrentados para a permanência a partir das escrituras de três estudantes cotistas do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba: a da autora, Ingryd de Kássia Andrade Ramos da Paz, a de Vitória Geysa Santos de Lima e João Victor Ramos Xavier. A análise dessas narrativas foi articulada à documentação institucional, como relatórios, dados de evasão e políticas de assistência estudantil, abrangendo o período de 2018 a 2024, com atenção aos desafios agravados durante e após a pandemia de COVID-19. Evidenciou-se, assim, que a política de cotas raciais, fruto da luta histórica do movimento negro, impacta e transforma trajetórias individuais e coletivas.

Este trabalho ultrapassa os limites do texto acadêmico convencional — é corpo, memória e testemunho. Ao narrar escrituras de estudantes negros/as cotistas na UFPB, evidencia-se uma existência que rompe com o *pacto narcísico da branquitude* (Bento, 2002), afirmando-se com dignidade frente a um histórico projeto de exclusão racial que, por séculos, negou ao povo negro o direito ao saber. Como afirma Vaz (2022, p. 198):

[...] cotas raciais nas esferas da educação superior e dos concursos públicos não chegam sequer perto de quitar a imensa dívida histórica que a sociedade e o Estado brasileiro possuem com o povo negro. [...] E, por isso, é preciso ampliar as medidas de promoção da igualdade racial de modo a alcançar todos os direitos que nos foram historicamente negados.

A política de cotas raciais configura-se como um contundente instrumento de enfrentamento ao racismo estrutural. Nas palavras de Sueli Carneiro, "ser negra é resistir a um processo histórico de exclusão e subalternização, e persistir na construção de um projeto de humanidade para todos". Não se trata apenas de inserir o negro na sociedade, mas de transformar a sociedade a partir da presença negra — presença que tensiona, desconstrói e desestabiliza a lógica branca, patriarcal e eurocentrada do saber acadêmico. Como bem sintetiza Vaz (2022, p. 27): "A gente não quer só respirar e resistir; a gente quer viver com dignidade e felicidade. E as cotas raciais são um pequeno, porém firme, passo rumo a nosso sonho de liberdade".

Essa política pública, território de afetos e disputas simbólicas, representa a insurgência do movimento negro brasileiro em seu projeto coletivo de reconhecimento da dívida histórica com os povos africanos e seus descendentes. As escrituras analisadas revelam trajetórias singulares, porém profundamente entrelaçadas à coletividade negra da diáspora. Nas palavras de Conceição Evaristo (2007, p. 21), “nossa escritura não é para adormecer os da casa-grande, e sim para incomodar os seus sonhos injustos de riqueza à custa da miséria alheia”. Este trabalho constitui, portanto, uma declaração de pertencimento e resistência. Como afirma bell hooks (2017), “a educação como prática da liberdade é um ato de resistência” — estamos aqui para viver, amar e construir, não apenas sobreviver, suportar ou ocupar.

A análise realizada demonstra que, embora as cotas raciais tenham promovido avanços significativos na democratização do acesso ao ensino superior, ainda persistem desafios cruciais no que tange à permanência acadêmica. Como propõe Ribeiro (2017, p. 61): “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades”.

Reafirma-se, assim, a importância das cotas raciais como mecanismo de reparação histórica e combate ao racismo estrutural. A educação não é privilégio, é direito — e as cotas representam um instrumento essencial para garantir esse direito, permitindo que a população negra ocupe de forma ativa e crítica os espaços acadêmicos, políticos e sociais. Contudo, ressalta-se a urgência de pesquisas empíricas contínuas que investiguem as barreiras concretas à permanência de estudantes cotistas no ensino superior.

O chão da universidade, ainda marcado por desigualdades, começa a registrar as pegadas negras que contam histórias, denunciam violências e reivindicam futuros. Como parafraseia Vaz, inspirando-se em Gilberto Gil, “a política de cotas é oportunidade que esse povo preto, periférico e de baixa renda está dando ao mundo acadêmico convencional, eurocêntrico e embranquecido de conhecer nossos saberes”.

Espero que este trabalho ecoe como um chamado à ação coletiva: as cotas abriram as portas, mas é nossa responsabilidade garantir que elas permaneçam abertas, amplas e acolhedoras — permitindo que todas as vozes negras não apenas ingressem, mas permaneçam, floresçam e transformem o ensino superior brasileiro. O futuro das ações

afirmativas dependerá do comprometimento do Estado e da sociedade na consolidação de políticas públicas verdadeiramente eficazes e inclusivas.

Ao final desta caminhada, invocamos o princípio africano de Sankofa: é preciso olhar para trás, para as nossas ancestralidades, para as nossas dores e lutas, e buscar aquilo que nos foi negado – a memória, a dignidade, o direito de existir e aprender com plenitude. Sankofa é o que fizemos aqui: voltamos às nossas trajetórias, escutamos nossas próprias vozes, resgatamos o que a universidade tentou silenciar. E ao fazer isso, reescrevemos nossa presença como afirmação política.

Permanecer na universidade, portanto, não é um ato individual. É uma estratégia coletiva de reexistência. É sobre abrir caminhos onde antes havia muros. É sobre insistir, mesmo quando a estrutura quer nos calar. E é também sobre deixar registros — como este trabalho — para que outros e outras possam seguir sem sentir-se sozinhos/as.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

BENTO, Cida. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

BETHÂNIA, Maria. *Maricotinha*. In: _____. *Festa: Palavra de Mulher*. Rio de Janeiro: Som Livre, 1999. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/maria-bethania/carta-de-amor/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023. Estabelece a reserva de 30% das funções de confiança e cargos comissionados no Executivo Federal para pessoas negras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11443.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial* (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito da administração pública federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14723&ano=2023&ato=06bITW650MZpWTc42>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CARDOSO, Paulo Sérgio. Cotas raciais e o ensino superior: desafios da permanência. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Cjb3nSgLCDvXfqxfzHnVJsB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen, 2019.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/convencao-interamericana-contr-o-racismo>. Acesso em: 10 mar. 2025.

EMICIDA. *Mãe*. [S.l.]: Laboratório Fantasma, 2019. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/mae/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

EVARISTO, Conceição. *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Escrevivências: a escrita de nós*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 66, p. 65-75, 2017.

FERNANDES, Florestan. *O mito da democracia racial*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GELEDÉS. NEABI - Núcleo de Estudos e Pesquisa Afro-Brasileiros e Indígenas/UFPB. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/neabi-nucleo-de-estudos-e-pesquisa-afro-brasileiros-e-indigenasufpb/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Cotas têm o potencial de mudar o perfil da sociedade brasileira – Entrevista com Nilma Lino Gomes. *Portal Brasil*, São Paulo, 13 jan. 2015. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/racismo/cotas-tem-o-potencial-de-mudar-o-perfil-da-sociedade-brasileira-afirma-nilma-lino-gomes/>. Acesso em: 10 out. 2024.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Tradução de Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, p. 171-180, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286>. Acesso em: 28 set. 2024.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. Lei de cotas raciais: texto integral. Disponível em: http://www.abdias.com.br/atuacao_parlamentar/deputado_lei_texto.htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Disponível em: <https://estudosetnicosraciaisufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/02/09-b-nascimento-o-quilombismo-pag-1-280-1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

NEXO JORNAL. *Política de cotas na UENF: graduação, pós-graduação e docência*. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2025/02/10/politica-de-cotas-na-uenf-graduacao-pos-graduacao-e-docencia>. Acesso em: 01 maio 2025.

ONU. *Declaração e Programa de Ação de Durban*. Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, 2001. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/events-and-meetings/durban-conference>. Acesso em: 14 fev. 2025.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. *Surto da doença coronavírus (COVID-19): direitos, papéis e responsabilidades dos trabalhadores da saúde, incluindo as principais considerações sobre segurança e saúde ocupacional*. Orientação provisória, 19 de março de 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/51988/OPASBRACOV1920033_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 mar. 2025.

PORTARIA nº 090/GR/REITORIA/UFPB, de 17 de março de 2020. Disponível em: https://www.ufpb.br/temp/copy_of_Portaria090GRReitoriaUFPB.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

REIS, Diego dos Santos. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. *Educ. Soc., Campinas*, v. 43, e240967, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.240967>.

Reis, Diego dos Santos. Coronavírus e desigualdades educacionais: reposicionando o debate. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 23, p. 1-5, e-2020.15592.209209226414.0605, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. A luta de Djamila Ribeiro. *Revista TPM*, 06 mar. 2015. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-luta-de-djamila-ribeiro>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SENADO FEDERAL. *Senador Abdias Nascimento, uma vida dedicada à luta contra o racismo*. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/senador-abdias-nascimento-uma-vida-dedicada-a-luta-contra-o-racismo>. Acesso em: 14 fev. 2025.

UNESCO. *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: inclusão e educação para todos*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em:

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por. Acesso em: 03 mar. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. *20 anos da política de cotas da UNEB*. Salvador: Assessoria de Comunicação da UNEB, 2022. Disponível em:

https://agenciadecomunicacao.uneb.br/wp-content/uploads/2022/12/COTAS_MIOLOcatalogoweb.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Sistema de cotas: inclusão e permanência*. Disponível em: <https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/>.

Acesso em: 01 maio 2025.

VAZ, Livia Sant'Anna. *Cotas raciais*. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos Plurais).

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A sua escrevivência é essencial para o debate sobre **Cotas Raciais: Escrevivências de Estudantes do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (2018-2024)**, pois a política de cotas vai além dos números e das estatísticas. Ela se materializa nas trajetórias de estudantes como você, que carregam consigo não apenas um histórico de desafios, mas também de resistência e transformação.

Cada experiência compartilhada revela a profundidade dos impactos dessa política e as complexidades que envolvem não apenas o ingresso, mas a permanência no ensino superior. Através das suas palavras, compreendemos as dificuldades enfrentadas, as estratégias de superação, os momentos de pertencimento e, principalmente, o significado de ocupar espaços historicamente negados à população negra.

Assim como Conceição Evaristo afirma que *nossas escrevivências não são histórias para ninar os da casa grande, mas para incomodá-los em seus sonhos injustos*, sua voz nesta pesquisa tem o poder de questionar, provocar reflexões e contribuir para a construção de uma universidade verdadeiramente democrática e inclusiva. Seu relato não apenas fortalece a defesa das ações afirmativas, mas também evidencia a urgência de políticas de permanência que garantam que o acesso ao ensino superior seja, de fato, um direito conquistado e não um privilégio passageiro.

A sua escrevivência é, portanto, um registro vivo da luta por equidade e justiça social. Ela enriquece este estudo e reforça a importância das cotas raciais como um instrumento fundamental na reparação histórica e na construção de um futuro mais justo para o ensino superior brasileiro.

Escrevivências de Estudantes Cotistas da UFPB

1. Contextualização Pessoal e Acadêmica

- Qual é o seu nome e idade?
- Você é natural de onde? Como foi sua trajetória educacional antes da UFPB?
- Qual é a sua autodeclaração racial?
- Em que ano você ingressou no curso de Pedagogia da UFPB?

2. Ingresso na Universidade via Cotas

- Como foi o seu processo de ingresso na universidade? Você já conhecia a política de cotas antes de prestar o vestibular/SISU?
- Você acredita que as cotas raciais foram determinantes para sua entrada na UFPB?

3. Vivência na Universidade

- Como você se sentiu ao ingressar na UFPB como estudante cotista? Houve algum impacto na sua percepção de pertencimento dentro da universidade?
- Você já enfrentou alguma forma de discriminação ou preconceito dentro da instituição? Se sim, poderia relatar?
- Como é sua relação com professores e colegas de curso? Você sente que há diferenças no tratamento entre cotistas e não cotistas?

4. Desafios para Permanência

- Quais são os principais desafios que você enfrenta para permanecer na universidade? (Ex.: dificuldades financeiras, necessidade de trabalhar, falta de apoio pedagógico, problemas emocionais etc.)
- Você já precisou recorrer a auxílios estudantis? (PNAES, bolsas, restaurante universitário, moradia estudantil etc.) Essas políticas foram suficientes para garantir sua permanência?

5. Expectativas e Futuro

- Você acredita que a universidade tem cumprido seu papel na implementação das cotas e na garantia da permanência dos alunos cotistas?
- Quais mudanças ou melhorias você sugeriria para tornar o ensino superior mais inclusivo e acessível para estudantes cotistas?
- O que significa para você estar na universidade como estudante cotista?